



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2025.

Apresentação: 21/10/2025 15:35:55.450 - CAPAD

REQ n.218/2025

*Requer a realização de audiência pública para debater a proposta da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) de inclusão de espécies produtivas na Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras.*

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho por meio deste requerimento solicitar a realização Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o objetivo de debater a proposta da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) de inclusão de espécies produtivas na Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras.

Para tanto, sugere os seguintes convidados:

- Representação da Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio;
- Representação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA;
- Representação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Representação da PEIXE BR - Associação Brasileira da Piscicultura;
- Representação da ABIPESCA - Associação Brasileira das Indústrias de Pescado;
- Representação da IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Representação da CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
- Representação da AQUAMAT - Associação dos Aquicultores do Estado de Mato Grosso;
- Representação da ABCCAM - Associação Brasileira de Criadores de Camarão.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição destina-se à realização de audiência pública com intuito de debater a proposta da Conabio, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), de inclusão de diversas espécies exóticas cultivadas, dentre elas a Tilápia (*Oreochromis spp.*), o Camarão-vannamei (*Penaeus vannamei*), o Pínus, o Eucalipto, a Goiabeira, a Mangueira, a Jaqueira e outras espécies agrícolas e florestais, tanto na “Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras” como na “Lista de Espécies Exóticas com Necessidade de Acompanhamento”.

A proposta de inclusão de espécies produtivas nas listas nacionais de espécies exóticas invasoras ou sob acompanhamento, apresentada pela Conabio, exige uma análise técnica aprofundada e um amplo debate público, considerando seus potenciais impactos sobre diferentes cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista econômico e produtivo, a tilápia representa um dos pilares da aquicultura brasileira. Em 2024, o país produziu cerca de 662.230 toneladas, um crescimento de 14,36% em relação ao ano anterior, o que corresponde a 68,36% de toda a produção nacional de peixes cultivados, consolidando a espécie como líder do setor e principal produto das exportações de pescado nacional. A produção aquícola total do Brasil atingiu 968.745 toneladas no mesmo período, demonstrando o vigor e o potencial de expansão da cadeia. Além de abastecer o mercado interno, a tilápia responde pela maior parte dos envios ao exterior, segundo dados da Embrapa e da Peixe BR, sendo considerada uma das proteínas mais acessíveis e sustentáveis produzidas no país.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Além da aquicultura, outras cadeias produtivas igualmente relevantes estão sob risco. O cultivo de espécies florestais como pinus e eucalipto, essenciais para o setor de papel e celulose, biomassa e móveis, e de frutíferas como mangueira, goiabeira e jaqueira, fundamentais para a fruticultura tropical e a agricultura familiar, possuem papel estratégico na economia nacional. Essas cadeias geram milhares de empregos diretos e indiretos, fomentam o desenvolvimento regional e representam parte expressiva do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP).

No aspecto jurídico e regulatório, o cultivo da tilápia e de outras espécies exóticas é legalmente amparado por normas específicas, como a Portaria IBAMA nº 145/1998, que autoriza o uso e o manejo dessas espécies em ambientes devidamente licenciados. Ao propor sua inclusão em listas que preveem controle, restrição ou erradicação, a Conabio cria um conflito normativo grave, que compromete a previsibilidade regulatória e ameaça a continuidade de empreendimentos licenciados há décadas. A ausência de critérios técnicos claros para diferenciar espécies invasoras de espécies exóticas cultivadas sob controle fragiliza a segurança jurídica e pode gerar retroatividade de sanções, inviabilizando atividades produtivas legítimas e comprometendo investimentos consolidados.

Os impactos socioeconômicos também são expressivos. Apenas na piscicultura, as estimativas do setor apontam risco de paralisação das atividades, perda anual de até R\$ 12,5 bilhões no VBP, e falência de até 89% da cadeia produtiva. Isso significaria impacto direto sobre 232 mil propriedades rurais familiares e o desemprego de mais de 1 milhão de pessoas em toda a cadeia, do cultivo ao processamento. Na silvicultura e na fruticultura, a adoção de medidas de controle ou monitoramento sobre pinus, eucalipto, goiabeira e mangueira teria efeitos semelhantes, atingindo cooperativas, pequenas propriedades e polos agroindustriais, com risco de desestruturação de atividades que hoje garantem emprego, renda e sustentabilidade econômica no meio rural.

Há ainda uma evidente contradição com as políticas públicas de fomento à produção. O governo federal, por meio de linhas de crédito, programas de pesquisa e políticas de incentivo, vem promovendo a aquicultura, a silvicultura e a fruticultura como vetores de segurança





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

alimentar, bioeconomia e desenvolvimento sustentável. Entretanto, a proposta da Conabio vai na direção oposta, ao classificar essas mesmas atividades como potenciais ameaças ambientais, criando desalinhamento entre as políticas de fomento e as de regulação ambiental. Essa incongruência compromete a coerência das estratégias públicas, enfraquece o ambiente de negócios e pode aumentar a dependência de importações de pescado, madeira e frutas, com reflexos diretos na balança comercial e na segurança alimentar.

Diante dos expressivos impactos econômicos e regulatórios que a proposta da Conabio pode gerar sobre o setor agropecuário e florestal, aliados à ausência de evidências técnico-científicas que justifiquem tais medidas, impõe-se a necessidade de um debate amplo, técnico e transparente no Parlamento.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), por sua natureza e competência temática, tem papel central em garantir que as políticas ambientais e de biodiversidade sejam compatíveis com a realidade produtiva do campo brasileiro, preservando o equilíbrio entre sustentabilidade, segurança alimentar e desenvolvimento econômico. Cabe à CAPADR assegurar que qualquer alteração normativa nesse âmbito respeite a segurança jurídica dos produtores, a viabilidade econômica das cadeias produtivas e os compromissos ambientais já consolidados, evitando retrocessos e distorções que possam comprometer a competitividade do agro nacional.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Deputado Federal

Luiz Nishimori PSD/PR

